

## CORPOS DISSIDENTES E MASCULINIDADES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DOS ESTUDOS DE GÊNERO

*BETWEEN ABSENCES AND SILENCES: MEN'S HEALTH AND THE (IN)VISIBILITY OF PNAISH IN SCHOOLS*

Jonas Trajano dos Santos<sup>1</sup>

Rubem Viana de Carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa teoricamente as relações entre corpo, desejo e masculinidades dissidentes, articulando a Psicanálise e os estudos de gênero. O objetivo geral é compreender como subjetividades não hegemônicas se constituem a partir do diálogo entre esses dois campos, com ênfase nas contribuições para a compreensão de corpos e sujeitos que resistem à norma cisheteronormativa. A pesquisa é qualitativa, de natureza bibliográfica, com análise organizada em quatro categorias temáticas: corpo, identidade, desejo e resistência/dissidência. Os resultados evidenciam que o corpo dissidente se configura como um espaço de resistência e (re)significação das normas de gênero, e que a articulação entre os dois campos aponta para uma Psicologia comprometida com a singularidade e a diversidade dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Masculinidades dissidentes; Psicanálise; Estudos de gênero; Subjetividade; Performatividade.

**Abstract:** This study provides a theoretical analysis of the relationships among the body, desire, and dissident masculinities, bringing psychoanalysis into dialogue with gender studies. Its main objective is to understand how non-hegemonic subjectivities are constituted through the dialogue between these two fields, with an emphasis on their contributions to understanding bodies and subjects that resist cisheteronormative norms. This qualitative study is based on a literature review, with the analysis organized into four thematic categories: body, identity, desire, and resistance/dissidence. The findings show that the dissident body constitutes a space of resistance and the (re)signification of gender norms, and that the articulation between these two fields points toward a psychology committed to the singularity and diversity of individuals.

**Keywords:** Dissident masculinities; Psychoanalysis; Gender studies; Subjectivity; Performativity

### 1. INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Psicólogo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca - UNIFAVIP/WYDEN

<sup>2</sup> Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Psicólogo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca - Unifavip | Wyden. Pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA).



O debate contemporâneo em torno do gênero tem colocado em xeque práticas normativas que historicamente impuseram conceitos rígidos e binários de masculinidade e feminilidade. Essas práticas não operam de forma neutra, uma vez que são sustentadas por uma lógica cisheteronormativa - presunção social de que todas as pessoas são cisgênero e heterossexuais, impondo esses marcadores como padrão e invisibilizando identidades trans e orientações não heterossexuais -, que acabam determinando quais corpos, desejos e expressões de gênero são inteligíveis e legítimos, e quais são deportados ao campo da abjeção - conceito com o qual Butler designa corpos e vidas considerados invivíveis ou impensáveis dentro das normas de inteligibilidade social (Butler, 2018; Carvalho, 2023).

Ao produzir e ditar subjetividades, essa norma também exclui, invisibiliza e patologiza as existências que não se encaixam no modelo socialmente esperado. A noção de masculinidades dissidentes, identidades e expressões de gênero que escapam, resistem ou desafiam as normas hegemônicas, incluindo a cisheteronormatividade, o capacitismo e o racismo, surge, nesse contexto, como um movimento de confronto à norma cultural. Este conceito visa romper com os ideais hegemônicos de virilidade e de heteronormatividade, propondo repensar a construção social que define o papel do masculino na sociedade contemporânea.

A Psicanálise, por sua vez, já anunciava desde Freud que o sujeito não nasce pronto, ele se constitui na relação com o Outro, atravessado pela linguagem, pelo desejo e pelas normas sociais (Lima e Vercaro, 2020). Como aponta Lacan, citado por Ambra (2018), a subjetividade se estrutura no campo do Outro. Neste contexto, as noções de corpo, identidade e desejo não podem ser entendidas como configurações inatas, mas como processos históricos e relacionais que se transformam conforme o indivíduo negocia e responde às expectativas culturais às quais é exposto. Lacan aprofunda essa perspectiva ao propor que a sexuação não é determinada anatomicamente, mas pela forma como cada sujeito se inscreve na linguagem, abrindo espaço para compreender a pluralidade das formas de existir.

A masculinidade hegemônica, como descrita por Connell e Messerschmidt (2013), não é apenas um modelo imposto sobre as mulheres, visto que ela também hierarquiza os próprios homens, produzindo masculinidades consideradas subalternas, portanto, marginalizadas. Homens que subvertem padrões estéticos, raciais ou comportamentais esperados ocupam posições de maior vulnerabilidade dentro dessa lógica hierárquica. É justamente sobre esses sujeitos que este trabalho se debruça, buscando compreender como a Psicanálise e os estudos de gênero contribuem para a leitura dessas experiências.



Diante disso, a investigação se orienta pela seguinte pergunta: **de que maneira a Psicanálise e os estudos de gênero contribuem para a compreensão das masculinidades dissidentes e dos corpos que resistem à norma hegemônica?** O objetivo geral é analisar teoricamente as relações entre corpo, desejo e masculinidades dissidentes, discutindo como esses dois campos contribuem para a compreensão de subjetividades não hegemônicas. Os objetivos específicos são: (1) examinar os conceitos psicanalíticos relacionados à constituição do sujeito, do corpo e do desejo; (2) apontar as principais abordagens dos estudos de gênero sobre masculinidades dissidentes; e (3) articular esses dois campos, evidenciando como o corpo dissidente se configura como espaço de resistência, tensionamento e (re)significação das normas de gênero.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Gênero, performatividade e corpo

Para Butler (2018), o gênero não é uma identidade interna estável que se expressa através de comportamentos, mas um efeito performativo produzido pela repetição reiterada de atos normativos. O gênero é aquilo que se faz, não aquilo que se é. Essa perspectiva rompe com qualquer coerência que visa compor os estudos das identidades de gênero, aos aspectos meramente biológicos. Butler (2018) e Carvalho (2023) debatem que a aparente coerência entre sexo, gênero e desejo é uma construção cultural que precisa ser constantemente imposta para se manter. Em consonância com Foucault, Butler apresenta noção de matriz heterossexual, que se configura como uma rede de discursos, e normas que produzem e regulam subjetividades. Esta estrutura determina quais corporalidades e expressões são inteligíveis, isto é, reconhecidas como legítimas e viáveis dentro das normas culturais de gênero e sexualidade, e quais se tornam abjetas, invisibilizadas e patologizadas, isto é, transformadas em sintomas de transtornos ou desvios pela lógica biomédica e psiquiátrica.

A autora ainda explicita a dimensão política desse processo ao afirmar que certos tipos de "identidade de gênero" parecem meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, "sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo" (Butler, 2018, p. 34). É nesse espaço de exposição da norma que as masculinidades dissidentes ganham visibilidade como práticas que a questionam aspectos culturais.



Preciado (2018) amplia ao demonstrar que o corpo não é apenas um palco onde o gênero se encena, mas um produto de tecnologias políticas que moldam e ditam como este deve se apresentar. Dispositivos farmacológicos, midiáticos e biomédicos regulam ativamente as subjetividades, definindo o que conta como corpo legítimo, desejo normal e identidade reconhecível: "gênero é algo que fazemos, não algo que somos - algo que fazemos juntos" (Preciado, 2018, p. 4-5). Preciado (2018), complementa que "gênero não é uma questão de propriedade individual. O gênero nos é imposto em uma rede de relações sociais, políticas e econômicas, e é apenas dentro dessa mesma rede que ele pode ser renegociado (Preciado, 2018; Carvalho 2023). Essas afirmações colocam em evidência que a produção de corpos dissidentes é, ao mesmo tempo, uma ruptura com a norma e uma reafirmação da potência política de existir de outro modo. Portanto, debater sobre esta temática evidencia a relevância sobre o assunto.

## 2.2 Masculinidades hegemônicas e dissidentes

O conceito de masculinidade hegemônica, desenvolvido por Connell e Messerschmidt (2013), é central para compreender as dinâmicas de poder que atravessam as subjetividades analisadas neste trabalho. A masculinidade hegemônica é "uma configuração de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular" (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 250). Ela institui hierarquias não apenas entre homens e mulheres, mas entre os próprios homens. Neste contexto, se apresentar como tais características como heterossexual, branco e viril são atributos valorizados, enquanto outras formas de ser são subordinadas ou marginalizadas.

As masculinidades dissidentes emergem exatamente nesse espaço de exclusão, não apenas como uma simples oposição à norma, mas como respostas subjetivas e políticas que se constroem na tensão com ela. Ambra (2018) articula que as formas de ser homem são sempre produtos históricos, sustentados por ideais viris que funcionam como normas internalizadas. Ser homem não é uma condição natural, mas um processo de identificação sempre incompleto e em negociação. O autor afirma que "as formas de ser homem não são inatas, uma vez que resultam de processos de identificação e que estão sempre em construção, instáveis e politicamente situados" (Ambra, 2018).

Ambra (2015) alerta ainda para o risco de fixar identidades dissidentes em novas normas igualmente excludentes. Tanto sistemas diagnósticos quanto certos movimentos identitários incorrem nessa armadilha ao operar com uma racionalidade classificatória que reduz a complexidade do sujeito a categorias fixas. O autor destaca que, ao se direcionar para a



centralidade de identidades específicas, a luta política tende a se tornar mais segmentada e, portanto, enfraquecida. A aposta psicanalítica, busca pela singularidade. Nesta linha de pensamento teórico, o que interessa não é o enquadramento, mas compreender o modo único como cada sujeito lida com suas questões neste caso, com o desejo, o corpo e o Outro.

### 2.3 Psicanálise, gênero e subjetivação

A aproximação entre Psicanálise e estudos de gênero não é isenta de tensões. Ao longo de sua trajetória, a psicanálise tendeu ao isolamento teórico em relação a outros campos do saber, operando predominantemente a partir de seus próprios referenciais internos. Os autores mobilizados neste trabalho realizam justamente essa abertura, articulando a abordagem psicanalítica com os estudos de gênero sem dissolvê-la em um campo ou no outro. Lima e Vorcaro (2020) reconhecem que a psicanálise, embora tenha contribuído para discussões sobre liberdade de escolha de objeto e despatologização da homossexualidade, possui resquícios heteronormativos em suas produções do conhecimento que precisam ser discutidos e superados. Ainda assim, os autores destacam o pioneirismo subversivo de Freud ao introduzir a distinção entre instinto e pulsão. Enquanto o instinto opera como força inata com objeto e finalidade pré-determinados, a pulsão é da ordem do simbólico e sem objeto fixo, se constituindo a partir da história libidinal singular de cada sujeito. Freud inaugura, assim, a noção de que a sexualidade humana é, por definição, plural e contingente.

Lacan aprofunda essa desnaturalização ao propor a teoria da sexuação. Para Lacan, os seres falantes se posicionam em relação ao gozo e à linguagem de formas distintas, indo além das determinações anatômicas. Portanto, a posição masculina ou feminina não é determinada pelo corpo biológico, mas pela forma como o sujeito se inscreve através da linguagem. Ao tratar "homem" e "mulher" como semblantes discursivos, Lacan rompe com a equivalência exclusiva da anatomia, evidenciando que a sexuação não decorre do corpo biológico, o que abre espaço para pensar masculinidades para além das normatividades biológicas e culturais (Lima e Vorcaro, 2020). Ambra (2018), articulando Lacan e Butler, propõe que o gênero é uma resposta ao desejo do Outro, se configurando como uma forma de lidar com a questão fundamental "o que o Outro quer de mim?". Essa formulação é especialmente potente para pensar as masculinidades dissidentes, em que o sujeito que não se encaixa no ideal viril hegemônico é forçado a construir, muitas vezes de forma mais consciente e dolorosa, uma posição própria diante do desejo e da norma. O que emerge como resistência, recusa ou reinvenção é, sob a



perspectiva psicanalítica, um processo de subjetivação. Porchat (2013) reforça que a Psicologia não deve adotar uma lógica de adaptação às normas, mas se orientar pela singularidade do sujeito, visando reconhecer que o gênero é um dos eixos pelos quais o sujeito se constitui, e que, quando esse eixo é atravessado pela dissidência, sofrimento e potência de resistir andam juntos.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa (Minayo, 2009), justificada pela natureza subjetiva do objeto de estudo, atrelado aos processos de subjetivação, identificação e às experiências vividas, que não são passíveis de quantificação. O método adotado é o estudo bibliográfico (Gil, 2017), com corpus teórico organizado em torno de três eixos articulados aos objetivos da pesquisa: a constituição do sujeito e do desejo na Psicanálise; as teorias de gênero e performatividade; e as masculinidades hegemônicas e dissidentes.

A análise foi conduzida pela Análise de Conteúdo de Bardin (2016), organizada em três fases sequenciais. Na pré-análise, foi realizada a leitura do material bibliográfico selecionado, identificando os primeiros sentidos emergentes e hipóteses iniciais. Na exploração do material, os conteúdos foram organizados em unidades de registro, agrupadas em quatro categorias temáticas articuladas aos objetivos específicos da pesquisa: corpo, identidade, desejo e resistência/dissidência. No tratamento dos resultados, as categorias foram analisadas sob a ótica do referencial psicanalítico e dos estudos de gênero, buscando não apenas descrever os achados, mas compreender os processos subjetivos e sociais que os atravessam.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica permitiu identificar quatro dimensões centrais que estruturam a compreensão teórica das masculinidades dissidentes, são elas corpo, identidade, desejo e resistência/dissidência. Os resultados são apresentados de forma articulada ao referencial teórico discutido na fundamentação.

No que se refere ao corpo, a articulação entre Butler (2018) e Preciado (2018) e Carvalho (2023) evidencia que o corpo dissidente não representa uma falha em relação à norma, mas a revelação do seu caráter construído e arbitrário. A matriz heterossexual produz corpos "naturais" pela repetição de performances aceitas, lançando os demais ao campo da abjeção. Preciado (2018) aprofunda essa leitura ao demonstrar que dispositivos biomédicos e midiáticos hierarquizam corpos, definindo quais devem ser mostrados, desejados ou ocultados. Recursos



como hormônios, diagnósticos e classificações biomédicas atuam como instrumentos de controle que produzem e reforçam subjetividades normativas. Corpos gordos, pretos, deficientes ou considerados afeminados não falham, eles tensionam a norma ao simplesmente existir. Connell e Messerschmidt (2013) acrescentam que a masculinidade hegemônica impõe ao homem dissidente uma exigência normativa dupla, que é corresponder ao ideal viril mesmo dentro de uma identidade socialmente estigmatizada. Ou seja, para um homem gay, existe a produção de camadas adicionais de sofrimento psíquico, que envolvem a orientação sexual e como ele expressa sua masculinidade.

Em relação à identidade, os processos identificatórios emergem, conforme Ambra (2018), não como dados inatos, mas como respostas estruturadas na linguagem e nas normas que antecedem o sujeito. O sujeito se reconhece, ou não, nas categorias que a cultura o oferece, e essa negociação é marcada por conflitos, rupturas e aberturas. Butler (2018) reforça que não há identidade de gênero por trás da expressão, ao afirmar que este conceito é efeito de atos normativos reiterados que produzem a ilusão de uma identidade estável. Lima e Vorcaro (2020), a partir de Lacan, situam que a identidade é sempre uma resposta provisória ao desejo do Outro, nunca uma chegada definitiva e nunca satisfeita, estando em constante mudança e adaptação. As masculinidades dissidentes são, assim, modos de subjetivação que se constroem na tensão entre o que o Outro exige e o que o sujeito consegue ou decide habitar. Ambra (2015) alerta que cristalizar essas identidades em novas normas seria incorrer no mesmo equívoco classificatório que se pretende superar.

No campo do desejo, a distinção freudiana entre instinto e pulsão é o ponto de partida central. A pulsão não tem objeto fixo e se constitui a partir da história libidinal singular, desnaturalizando qualquer leitura biologizante da sexualidade (Lima e Vorcaro, 2020). Lacan situa o desejo na articulação entre pulsão, linguagem e falta, onde o sujeito deseja sempre a partir do lugar do Outro, o que torna o desejo estruturalmente incompleto e em movimento. Ambra (2018) articula que o gênero é uma resposta à questão "o que o Outro quer de mim?". Neste cenário, quando a resposta esperada é a masculinidade hegemônica e o sujeito não pode ou não quer oferecê-la, emerge uma tensão que pode se expressar como sofrimento, mas também como potência criativa. Para a Psicanálise, o desejo é muito mais complexo, ele não se reduz ao sexual, visto que, ele carrega a busca por reconhecimento, por ser visto pelo Outro como sujeito legítimo e digno de afeto (Ambra, 2018).

Por fim, a dimensão da resistência e dissidência articula os processos de afirmação e confronto com a norma hegemônica. Connell e Messerschmidt (2013) demonstram que a



masculinidade hegemônica opera produzindo exclusões concretas, marginalizando masculinidades dissidentes e impondo sofrimento psíquico aos sujeitos que dela divergem. A dissidência, portanto, não nasce de uma escolha voluntária, ela emerge na experiência de não-reconhecimento, de abjeção e de violência simbólica e material. Butler (2018) e Carvalho (2023) demonstram, contudo, que a norma se fragiliza exatamente nas existências que a recusam ou ressignificam. Portanto, os corpos dissidentes revelam o caráter artificial da suposta naturalidade hegemônica. Preciado (2018) e Carvalho (2023) reforçam que o corpo é território de disputa política e que existir com um corpo negro, gordo, afeminado ou não normativo em espaços que não foram construídos para ele já é um ato de resistência, uma militância corporal que antecede o discurso. Porchat (2013) orienta que a Psicologia deve buscar a singularidade do sujeito, reconhecendo que sofrimento e potência de resistir coexistem nas trajetórias dissidentes e que ambos merecem escuta rigorosa e acolhimento ético.

## 5. CONCLUSÃO

A articulação entre a Psicanálise e os estudos de gênero revela um campo fértil para a compreensão das masculinidades dissidentes. Ao situar o gênero no campo do desejo e da linguagem, e não da anatomia, os estudos psicanalíticos oferecem instrumentos teóricos que permitem pensar a subjetividade para além dos binários normativos. O sujeito, tal como concebido por Lacan, não nasce com um gênero, uma vez que ele se posiciona diante do Outro e constrói uma resposta singular à questão do desejo. Essa concepção abre espaço para compreender as masculinidades dissidentes não como desvios, mas como modos legítimos de subjetivação que emergem da tensão entre o imperativo normativo e o desejo singular.

Os estudos de gênero evidenciam que a masculinidade hegemônica é uma construção histórica e relacional mantida pela repetição de práticas que naturalizam as hierarquias de poder. Butler (2018) e Connell e Messerschmidt (2013) convergem ao demonstrar que essas normas se fragilizam exatamente nas existências que as recusam, tensionam ou ressignificam. O corpo dissidente se configura, assim, como espaço de resistência e (re)significação das normas. Não podemos deixar de pontuar, que essa perseverança carrega ao mesmo tempo a marca do sofrimento produzido pela exclusão e a potência de resistir e de criar novas formas de existir.

Podemos concluir que o diálogo entre os dois campos não apenas amplia a compreensão teórica das masculinidades dissidentes, mas aponta para uma Psicologia ética e comprometida com a singularidade dos sujeitos. Reconhecer o gênero como processo de subjetivação atravessado por desejo, linguagem e norma é também reconhecer que as existências dissidentes merecem rigor teórico, cuidado clínico e visibilidade política. Esta pesquisa colabora, assim,



para a construção de uma Psicologia comprometida com a diversidade, capaz de ampliar as possibilidades de escuta e de intervenção clínica mais inclusivas, compreendendo o sujeito como produto do seu tempo e de suas contradições.

## REFERÊNCIAS

AMBRA, Pedro. Gênero, sexualidade e política: para uma crítica psicanalítica da identidade. *Leitura Flutuante*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10–29, 2015.

AMBRA, Pedro. Gênero e identificação. *Stylus: Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 43–50, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Rubem Viana de. **Um arco-íris na luta pela terra: o construir da práxis pedagógica do Coletivo LGBT do MST**. 2023. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2023. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.14105.94561>.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 21, n. 1, p. 241–282, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Vinicius Moreira; VORCARO, Angela Maria Resende. O pioneirismo subversivo da psicanálise nos debates de gênero e sexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e192180, p. 1–13, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

PORCHAT, Patrícia. Psicanálise, gênero e singularidade. **Revista FAAC**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 195–202, 2013.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Tradução de Rubia Prates Goldoni e Sergio Romanelli. São Paulo: n-1 edição

